



Estudo Técnico PRELIMINAR (ETP)

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. Informações Básicas:

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como finalidade apresentar os elementos que justificam a necessidade da aquisição de material esportivo, uniformes e premiações e materiais diversos para atender a realização dos Jogos das Escolas Municipais de Teresina - JET's e o Circuito SEMEC de Xadrez da Secretaria Municipal de Educação-SEMEC visando a realização dos eventos do calendário esportivo escolar.

A elaboração deste documento atende ao disposto na **Lei nº 14.133/2021**, e ao **Decreto Municipal nº 24.006, de 24 de abril de 2023**, que determinam a realização de estudos prévios como etapa obrigatória do planejamento das contratações públicas.

O ETP busca identificar a demanda, analisar a situação atual dos equipamentos, avaliar alternativas e demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação, fornecendo subsídios essenciais para a fase de planejamento e para a futura instrução do processo licitatório.

Número do processo SEI: 00044.018023/2025-96

2. Justificativa da Contratação:

A Divisão de Esporte é um setor da Gerência de Assistência ao Educando - GAE/SEMEC, que é responsável por ações relacionadas à gestão do desporto escolar e de acompanhamentos de projetos e convênios ligados às atividades físicas e desporto educacional em geral. Dentre as principais atividades desenvolvidas nesta Divisão de Esportes, estão a realização dos Jogos das Escolas Municipais de Teresina - JET's e o Circuito SEMEC de Xadrez, que são realizados anualmente, com previsão de atender mais de 7.000 (sete mil) crianças e jovens, na faixa etária de 10 à 15 anos, regularmente matriculados na rede municipal de Teresina, na sua próxima edição/2026. Esses eventos, além de fomentar a prática de esportes visando benefícios físicos, mentais e sociais, fazem parte também da seletiva da rede municipal de ensino pública, para classificar alunos e alunas, em diversas modalidades individuais e coletivas, visando os Jogos Escolares do Estado do Piauí - JEPIS, que também fazem parte do processo classificatório para participação nos Jogos Escolares Brasileiros - JEB's. Todas essas atividades, requerem materiais esportivos específicos, que de uma forma em geral o almoxarifado da SEMEC não dispõe, e por se tratar de jogos com uso de regras oficiais das entidades representativas de cada modalidade, há a necessidade imperiosa de se obedecer a estas regras no uso de materiais tais como bolas, placares, uniformes, entre outros.

Através da licitação, que é a melhor solução para essas demandas, a Divisão de Esportes poderá estabelecer critérios de qualidade e durabilidade dos materiais esportivos a serem adquiridos. Isso assegurará que os produtos fornecidos atendam aos padrões desejados, conforme modalidades praticadas, evitando a compra de materiais de baixa qualidade que poderiam comprometer a segurança, os gestos técnicos dos alunos e a vida útil dos equipamentos para o que se propõe.

Os JETs 2026 são planejados a partir do segundo semestre, anualmente, portanto dependem de procedimentos que passam por diversos setores da gestão para aprovação e tramitação legal. Nesse aspecto é importante citar que algumas ações dependem do calendário escolar e que impediram a inclusão da solicitação de compras de materiais esportivos, equipamentos e uniformes junto ao processo 00044.004992/2025-17, que trata também de materiais similares, porém, para uso nas Escolas de Tempo Integral, usando recursos do governo federal.

A Divisão de Esportes esclarece que o que consta na lista do Projeto(ID 12928450) e do próprio DFD (ID13357345) tem foco em materiais que visam performance, pela natureza dos eventos a serem realizados, e pelos objetivos que devem alcançados com o uso dos mesmos, portanto, apresentadas essas características diferenciadas, consideramos a necessidade de demandas específicas e atender ao conhecimento técnico que faz parte do desenvolvimento do desporto educacional.

Portanto, este instrumento visa adquirir material esportivo e uniformes necessários para a realização dos *Jogos Escolares Municipais de Teresina 2026 e Circuito SEMEC de Xadrez*, bem como para atender à participação dos alunos/atletas nos eventos nacionais Jogos Escolares Brasileiros com previsão regular para o segundo semestre do ano. A licitação é pontual e imediata, visando atender às necessidades específicas dos discentes durante esses eventos anuais. A intenção é garantir o direito à prática do desporto escolar, investindo na qualidade de vida dos alunos matriculados na Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina, por meio das melhores condições para realização das modalidades esportivas disputadas nos JET's e no Circuito SEMEC de Xadrez.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 217, estabelece que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais como direito de cada um. A cultura da prática regular de atividades físicas e esportes na escola, é importante não só para a saúde física, social e psicológica dos(as)

alunos(as), mas também para o seu crescimento pessoal através de experiências únicas que ocorrem no processo de realização nas disputas do desporto escolar. Além disso, a prática esportiva ajuda a combater o sedentarismo e a obesidade infantil, contribuindo para uma vida mais saudável e ativa.

Ao promover os Jogos Escolares Municipais e o Circuito SEMEC de Xadrez ano após ano, a Divisão de Esporte/GAE/SEMEC está oferecendo aos alunos oportunidades de competição saudável, onde a busca pela superação e pela vitória traz vivências que se levam para a vida inteira, colaboram também com a melhora nos aspectos da disciplina, respeito às regras e aos adversários, concentração frequência escolar. Além disso, a realização dos Jogos das Escolas Municipais e do Circuito SEMEC de Xadrez cumpre a legislação que garante o direito dos alunos à informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

É indispensável justificar a realização de processos licitatórios distintos para objetos semelhantes, demonstrando que não há fracionamento de despesa, mas sim uma necessidade de gestão eficiente. A distinção ocorre pela finalidade de uso: enquanto uma licitação foca no abastecimento rotineiro e contínuo das Escolas de Tempo Integral e regulares, este processo específico destina-se exclusivamente a suprir a demanda extraordinária dos Jogos das Escolas de Teresina (Jets) 2026. Dessa forma, a administração garante que o volume de materiais exigido para a realização do evento esportivo não comprometa o estoque destinado às atividades diárias e pedagógicas das unidades de ensino.

Por fim, a prática esportiva na escola traz benefícios lúdicos, desafios, motivação e abre horizontes para uma possível carreira de atleta profissional a longo prazo, pois em muitas ocasiões esses jovens são revelados como talentos e seguem se profissionalizando nas entidades específicas. A participação dos alunos nos Jogos Escolares e no Circuito proporcionam uma interação social rica em trocas de conhecimento, de técnicas e diversão. Por todas essas razões, promover o esporte na escola é um fator diferencial na formação dos alunos e na garantia do seu direito à prática esportiva e da promoção da saúde através do esporte.

3. Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

Os eventos esportivos realizados por esta Secretaria, JET's e Circuito SEMEC de Xadrez, necessitam de materiais que são de consumo, visto que a cada jogo/partida/etapa, tem um desgaste, muitas vezes precisando serem substituídos por outro novo, de forma imediata. Isso é muito observado nos jogos que usam bola, tais como: futsal, futebol, voleibol, handebol, basquetebol, queimada, tênis de mesa e as petecas do badminton. Além disso, também são confeccionadas as camisas alusivas aos eventos e squeezes, com mudança anual de layout, uniformes para equipes coletivas e para alunos(as)/atletas que representarão o município nos eventos estaduais e com expectativas de participação em evento nacional. Também são necessários os itens de premiação, que são medalhas e troféus, além de redes para as traves, placares e fitas de demarcação, pois os locais de realização não têm disponibilidade de tais objetos e não são fornecidos pelas entidades que realizam arbitragem. Todo o material esportivo e os uniformes que fazem parte desta solicitação para licitação, são imprescindíveis para realização das 13 modalidades que compõem os JET's e o Circuito de Xadrez. Para execução desses eventos, ainda são feitas as contratações da arbitragem de cada desporto, porém reforçamos que estas fazem apenas a prestação de serviço em si, não assumem nenhuma responsabilidade com bolas e/ou quaisquer outros equipamentos necessários para que os jogos aconteçam da forma oficial como precisam.

A não aquisição de bolas, redes, medalhas, troféus e uniformes inviabilizaria a prática esportiva. Da mesma forma, a ausência de **materiais de primeiros socorros (como gelo, ataduras e luvas)** comprometeria o atendimento imediato e a segurança física dos alunos em casos de lesões leves durante as partidas. Adicionalmente, os **materiais de expediente (pranchetas, fitas, quadros)** são indispensáveis para a organização das tabelas, súmulas e logística do evento. A falta de qualquer um destes itens, conforme consta na planilha orçamentária deste Estudo Técnico Preliminar, comprometeria a execução do evento com a qualidade e segurança exigidas.

Vale ressaltar que, a maioria dos estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina vivem em periferias vulneráveis e suas famílias são economicamente carentes, fazendo com que esses momentos de interação se tornem ricos em suas vidas, e por se tratar de um evento tradicional desta SEMEC, os alunos criam expectativas e fortalecem suas motivações na prática dos esportes na escola, fazendo com que a evasão escolar seja estatisticamente reduzida.

Esse processo já tem ocorrido em anos anteriores, com encaminhamentos semelhantes a este, embora ao longo dos anos existam as atualizações na legislação vigente. Apresentamos, inclusive, os números de processos de contratos anteriores (00044.019210/2024-60) gerado pelo processo de licitação 00044.003540/2023-39 feitos para aquisição de materiais utilizados na edição 2023, como demonstrativo de preços praticados no mercado nacional, informando ainda sobre o objeto, a fonte de recursos, o local de entrega, a vigência, quantidades e especificações técnicas dos materiais, entre outros.

Quando das inscrições das escolas para os JET's edição 2026, através de preenchimento on-line de Ficha em GoogleForms, a Divisão de Esporte observou no relatório gerado, o aumento do número de escolas/alunos (ID 12928530) para participar da próxima edição. E isso também terá reflexo nos valores finais do que será licitado, visando atender à todas as necessidades do que propõe a realização dos JET's e Circuito SEMEC de Xadrez.

Por fim, apontamos a essencialidade da compra, em razão especialmente de não haver material específico no almoxarifado da SEMEC que atenda às necessidades dentro dos padrões que as modalidades esportivas praticadas precisam ter, e assim, esta Divisão cumprirá seu papel de fazer acontecer os Jogos das Escolas Municipais de Teresina e o Circuito SEMEC de Xadrez, oferecendo as melhores condições para desenvolvimento do desporto escolar entre as crianças e jovens que participam do maior evento da Secretaria Municipal de Educação de Teresina/PMT.

Ressaltamos que os benefícios alcançados com todas essas ações impactam de forma positiva não só na saúde física e mental dos educandos, mas também tem aspectos psicossociais, que fortalecem e subsidiam a formação cidadã, tais como o respeito às regras, ao próximo, aos equipamentos e aos espaços físicos públicos.

4. Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, ou desde que justificada a impossibilidade, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do órgão ou entidade;

Não obstante a ausência do Plano Anual de Contratações Públicas, a necessidade ora apresentada encontra-se devidamente contemplada nas normas orçamentárias desta Secretaria, notadamente na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), na Lei Orçamentária Anual (LOA), no Plano Plurianual (PPA) e no Plano Estratégico da SEMEC (PES/SEMEC), restando, assim, demonstrado que a presente contratação decorre de planejamento prévio e não se configura como procedimento desprovido de planejamento.

5. Setor Requisitante: Divisão de Esporte - GAE:

AREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Gerência de Assistência ao Educando	Nairene Karla Silva Rodrigues
Divisão de Esportes	Rosana Rodrigues Leal

6. Descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução:

O material solicitado para licitação deverá ser entregue no Almoxarifado da SEMEC, localizado à avenida Castelo do Piauí, nº 5040, bairro Buenos Aires, CEP: 64.008-540, Teresina - PI, em prazo a ser estipulado no Termo de Referência (estimado para o exercício de 2026), de segunda à sexta, no horário das 07:30 às 13:30h.

A licitante detentora da melhor proposta passará por uma AVALIAÇÃO DOCUMENTAL onde deverá seguir o procedimento a seguir:

A empresa classificada em primeiro lugar deverá, num prazo máximo de 3 (três) dias, contados da convocação da Divisão de Esporte da SEMEC (que se dará após indicação do pregoeiro), entregar, à SEMEC, a documentação abaixo:

Manual original do fabricante e demais documentos que comprovem as especificações técnica do item;

Atestado(s) ou declaração(ões) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante executou fornecimento de produtos compatível(eis), em características, prazos e quantidades, com o objeto da presente licitação, sendo que a quantidade deverá ser de no mínimo 5% (cinco por cento) do objeto do presente Termo de Referência;

Tabela de comprovação das especificações técnicas, conforme modelo abaixo:

Item: Fabricante Marca: Modelo: Especificação Técnica: *Documento Técnico: **Página/Site Descrição:

Legenda: *Descrição = característica do produto, conforme especificações neste instrumento. **Documento técnico = tipo de documento em que está descrita a característica, ex.: manual. ***Página = página do documento técnico (catálogos, folders, prospectos, informes, manuais técnicos e outros meios de divulgação), em que está descrita a característica.

Se a documentação acima não for entregue no prazo estipulado, o licitante será desclassificado e o segundo colocado do item poderá ser convocado, e assim sucessivamente.

A avaliação da documentação será realizada pela SEMEC, através da Divisão de Esporte da Gerência de Assistência ao Educando - GAE, que verificará a conformidade das informações dos documentos com as especificações constantes neste instrumento, bem como as consignadas na proposta apresentada pelo licitante.

Caso haja divergência entre as características descritas pelo licitante e as disponibilizadas pelo fabricante

(catálogos, folders, prospectos, informes, manuais técnicos e outros meios de divulgação), prevalecerão os informes do fabricante.

Todos os requisitos técnicos especificados deverão ser comprovados pela documentação técnica apresentada. A não comprovação das especificações técnicas exigidas importará a desclassificação da proposta do licitante.

Se a(s) documentações apresentada(s) pelo primeiro classificado não forem aceitas, dando causa a desclassificação, será convocada a próxima licitante respeitando a ordem de classificação, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

Após a avaliação documental será encaminhado Relatório de Avaliação das Documentações, no prazo de 3 (três) dias à Supervisão de Processamento de Contratações Públicas - SEMA, para continuidade do processo licitatório.

O objetivo do presente Estudo Técnico Preliminar - ETP é estudar a melhor solução para este problema e analisar a alternativa mais viável para atender à necessidade apresentada, que é a aquisição de material, equipamentos esportivos e uniformes para realização do evento anual da SEMEC/PMT, de responsabilidade da Divisão de Esporte/GAE. Em caso de dúvida, o fornecedor/contratado deve entrar em contato pelo telefone (86) 99429-0947 ou pelo e-mail: divesportes@semec.pmt.pi.gov.br, de segunda a sexta-feira, no horário de 07:30h às 13:30h. A empresa vencedora deve observar todas as condições previstas no Termo de Referência para atendimento da demanda.

7. Estimativas das quantidades a serem contratadas, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

Para estimar a quantidade necessária dos materiais, equipamentos e uniformes à edição 2026 dos nossos eventos, foi utilizado o relatório de inscrições, que constam em anexo ID 12928530. Com base nesses dados quantitativos foi possível determinar a necessidade real para atender satisfatoriamente ao que está proposto na realização dos JET's e Circuito SEMEC de Xadrez.

A Divisão de Esportes informa ainda que, realizou as inscrições ainda nos meses de junho e julho, de forma democrática e transparente, através de plataforma Google Forms (14048890) disponibilizada no site da SEMEC, com divulgação ampla, e enviando o link por e-mail aos gestores das escolas, para oportunizar aos alunos regularmente matriculados, a participação nas diversas modalidades oferecidas e no Circuito SEMEC de Xadrez.

Após análise dos dados quantitativos e cálculos presentes nos números de alunos, escolas e modalidades, foi possível apontar a necessidade de cada material/equipamento, a ser utilizado, com impacto direto em número de jogos/partidas e das camisetas previstas para realização do que está no Plano de Trabalho.

Consideramos com isso, que o recurso sendo assim aplicado, para a aquisição de tudo que está sendo solicitado, será utilizado no período do Calendário da realização de todas as atividades propostas, visto Projeto JET's 2026.

8. Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:

Após levantamento de mercado, não foram identificadas alternativas viáveis para a solução do problema apresentado, além da aquisição na forma descrita neste estudo. Para embasar a contratação em questão, foram analisadas experiências de outros órgãos e entidades da Administração, com o objetivo de identificar melhores práticas, metodologias e soluções mais adequadas às nossas necessidades.

Ressalta-se que foi realizada pesquisa (ID: 14048920 e 14049394) no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), incluindo a análise de Editais e Atas de Registro de Preços firmadas por outros órgãos da Administração Pública, especialmente por Secretarias de Educação, com o objetivo de verificar soluções adotadas para o atendimento de demandas semelhantes. Constatou-se que outros entes públicos enfrentam o mesmo problema público relacionado à necessidade de oferta e manutenção de atividades esportivas, solucionando-o por meio da aquisição de materiais esportivos, o que demonstra que a medida adotada por esta Secretaria encontra respaldo em práticas administrativas consolidadas e alinhadas à realidade do setor educacional.

Nesse contexto, constatou-se que o modelo de contratação proposto segue o padrão adotado em outras contratações no âmbito da Administração Pública. Ressalta-se, ainda, que essa modalidade de aquisição tem se mostrado eficiente, atendendo plenamente às demandas da Administração.

A solução mais adequada para o atendimento do objeto em apreço não configura aquisição inédita, mas, ao contrário, consiste em prática reiterada no histórico de contratações desta Secretaria. Tal circunstância evidencia que o fornecimento de materiais esportivos se apresenta como a alternativa mais viável e eficiente para suprir a demanda dos Jogos Escolares, assegurando a continuidade, a regularidade e a efetividade da realização dos respectivos eventos escolares.

9. Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das

memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação:

A estimativa do valor da contratação tem por finalidade subsidiar o planejamento da aquisição de materiais esportivos, em observância aos princípios da legalidade, da eficiência e da economicidade. O valor estimado servirá como parâmetro para a definição da modalidade de licitação, para a análise da vantajosidade da contratação e para a verificação da adequação orçamentária, contribuindo para a condução regular do procedimento e para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Diante do exposto, o custo estimado é de R\$ 377.440,51(trezentos e setenta e sete mil, quatrocentos e quarenta reais e cinquenta e um centavos) (ID 14049498).

Vale ressaltar que, após a conclusão deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), o objeto será submetido à pesquisa de preços, a fim de se obter a estimativa de valor mais próxima da realidade para fins de licitação.

10. Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso:

A solução mais viável identificada para atendimento das necessidades que a realização dos XXIX Jogos das Escolas Municipais de Teresina e o X Circuito SEMEC de Xadrez, é a contratação através de licitação para selecionar empresa(s) especializada(s), com objetivo de eventual aquisição de material, equipamentos esportivos e uniformes, destinados aos eventos do nosso calendário (2026).

Foi constatado pela Secretaria Municipal de Administração de Teresina, em despacho ID 13526539, que não há Ata Vigente, que contemple o objeto em questão, para execução dos eventos e 2026, e a aquisição dos mesmos proporcionará melhores condições das práticas esportivas de forma oficial, inclusive sendo todos eles imprescindíveis para que ocorram os JET's e o Circuito SEMEC de Xadrez.

Deve-se observar ainda, que o material, equipamentos e uniformes irão viabilizar a execução plena do que se pretende, beneficiando a comunidade escolar da rede pública municipal de Teresina, em seus aspectos físicos, sociais e psíquicos. E ainda, fazendo com que a seleção dos melhores alunos e equipes, se faça de forma mais justa, considerando a técnica, a performance e o uso de material cancelado, que proporcionará desempenhos próximos à perfeição.

O fornecimento dos materiais deverá ser feito de forma imediata a partir da assinatura do contrato, de acordo com a demanda emitida pela Divisão de Esporte, da Secretaria Municipal de Educação de Teresina, para que os alunos da Rede Municipal de Educação possam usufruir de eventos de qualidade. É essencial que a empresa vencedora cumpra todas as exigências legais, de transporte, prazo e descrição detalhada dos produtos.

Os bens materiais (materiais esportivos e uniformes) a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, e os mesmos deverão ser entregues no Almoxarifado da SEMEC, com endereço supracitado, aos cuidados de servidores do respectivo setor.

Após a conclusão do presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), o objeto será submetido à pesquisa de preços, cujo resultado evidenciará os valores de referência para a contratação. Concluída essa etapa, deverão ser observadas no que couber as prerrogativas legais relativas à cota reservada e à cota exclusiva destinadas às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da legislação vigente, vejamos:

Para cumprimento do disposto no art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123, de 14/12/06, bem como Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, art. 6º, que dispõe que os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), pertencentes ao ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, poderão participar exclusivamente, enquadradas como Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual, pertencentes ao ramo de atividade compatível com a presente licitação, desde que preencham as condições estabelecidas na legislação sendo-lhes assegurados os direitos conferidos pela Lei Complementar 123/06.

Por analogia ao art. 8º §§ 2º e 3º do Decreto nº 8.538/2015, na hipótese de não haver vencedor enquadrado como Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e MEI para a cota exclusiva, recomenda-se a ampliação da competitividade na disputa para todas as empresas do ramo referente ao objeto do certame licitatório, expandindo-se a concorrência com o objetivo de alcançar a melhor proposta, onde a contratação deverá ocorrer pelo menor preço.

Em atendimento aos preceitos dos mesmos normativos, a cota reservada será de 20% dos quantitativos para lote que ultrapassar o valor de 80 mil reais, respeitadas as medidas de proteção à ME, EPP e MEI, uma vez que o dispositivo de lei que trata da matéria (inciso III do art. 48 da LC nº 123/2006).

Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota ampla concorrência ou, diante de sua recusa, remete-se os quantitativos para a disputa aos licitantes remanescentes do certame, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota ampla concorrência, ampliando-se a concorrência com o objetivo

de alcançar a melhor proposta, onde a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço, de acordo com o art. 8º, §§ 2º e 3º do Decreto nº 8.538/2015.

Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota ampla concorrência, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço conforme, § 3º, art. 8º do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

A classificação do objeto dessa licitação é de natureza comum, pois possui especificação usual de mercado e padrão de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei n.º 14.133, de 2021, não se enquadrando como bem de luxo.

Esta Secretaria optou que não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, conforme Termo de Referência posteriormente anexo aos autos, não vislumbrando ser necessário tal instrumento por não haver complicador para o cumprimento do pleito.

Segundo o Acórdão do Tribunal de Contas da União - TCU nº 2002/2005 - Plenário, o Ministro Relator consignou em seu voto que **a subcontratação deve ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do contrato e desde que não atente contra os princípios constitucionais inerentes ao processo licitatório, e nem ofenda outros princípios relacionados às licitações, notadamente o da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração** (art. 3º, Lei nº 8.666/93). (Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU 4. ed. Brasília: TCU, 2010).

Desde modo, verifica-se que o objeto da licitação não possui complexidade, nem dificuldade de fornecimento para justificar a faculdade de subcontratar o objeto, não vislumbrando por esta Secretaria a necessidade de adotar tal prerrogativa, optando assim pelo não uso da subcontratação para a presente licitação.

No que se refere à participação de consórcios no procedimento licitatório, cumpre salientar que a formação consórcio é usualmente admitida em contratações de grande vulto ou elevada complexidade, hipótese que não se verifica no objeto ora analisado. Assim, não será admitida a participação de consórcios de empresas neste certame, independentemente da forma de sua constituição.

A vedação à participação de consórcios justifica-se em razão da natureza comum do objeto licitado, o qual pode ser regularmente ofertado por amplo número de potenciais licitantes, inclusive por empresas de pequeno e médio porte, as quais, em sua maioria, atendem plenamente às exigências mínimas de qualificação técnica e econômico-financeira estabelecidas no instrumento convocatório. Desse modo, a restrição ora estabelecida não implica prejuízo à competitividade do certame, tampouco afronta os princípios que regem as licitações públicas.

No presente ETP, a escolha da Administração pela vedação à participação de cooperativas se dá em razão das possíveis implicações que a não existência de vínculo de subordinação entre cooperados e cooperativa traria ao longo da execução contratual, causando prejuízos à Administração e aos serviços. Por exemplo, não seria possível exigir que a cooperativa determinasse a imediata substituição de condutor cooperado que viesse a apresentar conduta imprópria, ou viesse a prestar os serviços em desacordo com o determinado no presente estudo. De tal sorte, justifica-se a vedação à participação de cooperativas no certame pretendido.

Será adotado o critério de julgamento de menor preço por lote, na modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), considerando o valor médio unitário estabelecido na Planilha Comparativa de Preços, que será posteriormente anexada aos autos.

No que se refere ao procedimento licitatório, observa-se a intenção do legislador em tornar obrigatória a utilização do Pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, conforme estabelecido no Art. 28, I, c/c Art. 6º, XLI da Lei nº 14.133/2021. Essa escolha se justifica quando o objeto da contratação possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Vantagens da Modalidade Pregão:

- ✓ Agilidade no processo - Redução do tempo médio de contratação.
- ✓ Maior competitividade - Ampliação da participação de fornecedores.
- ✓ Redução de custos - Possibilidade de obtenção de preços mais vantajosos por meio de lances sucessivos.

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do Art. 82 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se pela necessidade de entregas parceladas e frequentes, obedecendo às especificações técnicas e quantitativas estabelecidas neste Estudo e no Termo de Referência, que será posteriormente anexado aos autos. O fornecimento será realizado conforme requisições expedidas pelo setor demandante, garantindo flexibilidade para atender às necessidades das diversas Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Destaca-se que essa estratégia está em conformidade com as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU), que recomenda o planejamento das compras públicas e, sempre que possível, a adoção do SRP, evitando a necessidade de novos processos licitatórios a cada aquisição e afastando compras emergenciais e fragmentadas.

Além disso, a SEMEC não está obrigada a adquirir a totalidade dos itens listados no Termo de Referência, uma vez que as requisições de fornecimento serão emitidas conforme a necessidade e conveniência da Administração.

A escolha do Sistema de Registro de Preços e da modalidade Pregão alinha-se aos princípios da economicidade, eficiência e transparência, estabelecidos na Lei nº 14.133/2021. O SRP possibilita a aquisição conforme a demanda, evitando estoques excessivos, o Pregão assegura competitividade e melhores condições comerciais para a Administração.

Para o objeto em apreço não se aplica à manutenção e à assistência técnica.

11. Justificativa para o parcelamento ou não da solução:

A opção pelo agrupamento dos itens em lotes no presente Pregão Eletrônico justifica-se em razão da natureza e das características dos materiais a serem adquiridos, bem como da viabilidade econômica e operacional do certame. Os itens objeto desta licitação podem ser agrupados em três categorias principais: **materiais esportivos, materiais de primeiros socorros e materiais de expediente**, todos destinados ao atendimento das demandas relacionadas aos **Jogos Escolares e o Circuito Semec de Xadrez** promovidos por esta Secretaria.

O agrupamento em lotes permite que cada conjunto de produtos seja licitado de forma coerente com sua finalidade e especificidade, garantindo maior clareza para os fornecedores e maior competitividade na disputa de preços. Além disso, a divisão por lotes possibilita que empresas especializadas em cada tipo de material participem da licitação, aumentando a eficiência do processo e a qualidade dos produtos fornecidos.

Do ponto de vista jurídico, a licitação por lotes encontra respaldo no inciso I, **§2º, art. 23, da Lei nº 14.133/2021**, que prevê a possibilidade de segmentação do objeto em lotes sempre que tal medida for considerada mais vantajosa para a Administração, seja para aumentar a competitividade, seja para melhor atender às necessidades específicas do órgão. No caso em questão, o agrupamento é plenamente justificável, pois os itens, embora distintos em sua natureza, destinam-se a atender a mesma finalidade institucional, permitindo racionalização da contratação, maior previsibilidade orçamentária e facilitação da execução contratual.

Portanto, a licitação por lotes é a alternativa mais adequada e eficiente, pois assegura a adequada cobertura das necessidades da Secretaria, promove ampla competitividade entre fornecedores especializados e contribui para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

12. Demonstrativo dos resultados pretendidos:

O objetivo principal desta contratação é garantir a realização do evento XXIX Jogos das Escolas Municipais de Teresina, edição 2026 e X Circuito SEMEC de Xadrez, beneficiando cerca de 7.120 crianças e jovens, que irão participar de eventos em Teresina, podendo se classificar em outros a nível estadual e nacional escolar.

O esporte escolar desempenha um papel importante no combate à evasão escolar, desenvolvimento físico, cognitivo e social, além de proporcionar aquisição de habilidades sociais impactando na consciência cidadã para manter bons hábitos no ambiente escolar e na comunidade a que pertence. O esporte promove a disciplina, a atenção, a formação cidadã e a socialização, tão essenciais ao crescimento e evolução qualitativa dos nossos discentes.

A SEMEC tem a responsabilidade de atender com qualidade a comunidade estudantil da rede de ensino público de Teresina, oferecendo todas as estratégias e condições para suprir todas as demandas materiais e de recursos humanos, com o objetivo de obter os melhores resultados no processo ensino-aprendizagem. A prática esportiva é uma ferramenta essencial para a mudança, transformação e evolução dos futuros cidadãos, não deixando a desejar em nada, se comparada à outras capitais do país.

13. Providências a serem adotadas:

Não há providências a serem adotadas por esta Secretaria previamente à celebração do contrato. Mas, após a conclusão da Licitação e posterior Celebração dos Contratos, a SEMEC providenciará, dentre seu corpo de servidores, a nomeação de profissionais qualificados para acompanhamento de gestão e fiscalização dos contratos, devendo-se ao Gestor e Fiscal, o papel de analisar, julgar e receber os materiais solicitados, de forma a verificar que todas as especificações técnicas e exigências solicitadas foram cumpridas.

14. Contratações Correlatas ou Interdependentes:

Por se tratar de um objeto autônomo, não se faz necessária à realização de contratações correlatas e/ou interdependente para a contratação pretendida, inclusive não há procedimentos em andamento que esteja vinculado a esta demanda.

15. Possíveis impactos ambientais:

Por se tratar de fornecimento imediato, o armazenamento e a utilização dos materiais deverão ocorrer de forma adequada e conforme as normas técnicas aplicáveis. Nesse contexto, não se identificam riscos relevantes de impacto ambiental decorrentes da presente contratação.

16. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

O estudo técnico preliminar indica que o objeto é a forma de contratação mais viável para atender a real demanda, bem como alcança os resultados pretendidos. Diante do exposto declara pela VIABILIDADE a contratação da solução pretendida com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Em, 18 de dezembro de 2025.

(Assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Rodrigues Leal, Chefe da Divisão de Esportes**, em 18/12/2025, às 11:49, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Ismael do Nascimento Silva, Secretário Municipal de Educação**, em 18/12/2025, às 11:56, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **14050149** e o código CRC **FB8531AD**.

Referência: Processo nº 00044.018023/2025-96

SEI nº 14050149

Rua Areolino de Abreu, 1507 - Bairro Centro - - CEP 64000-180 - Teresina - PI
- <http://www.semec.teresina.pi.gov.br/>